

Marcados para morrer

Grupo de extermínio formado por PMs goianos executou mais de 300 pessoas nos últimos 10 anos e ameaça quem combate as ações criminosas, como delegados, juízes e jornalistas

Ronaldo de Oliveira/CB/D.A./Press /D.A Press



O padre Geraldo Labarrère Nascimento recebe ameaças de agentes de segurança de Goiás desde 2006, quando fundou o comitê goiano pelo fim da violência policial

» RENATO ALVES

Além de executarem mais de uma centena de pessoas, muitas delas inocentes, policiais militares goianos intimidam aqueles que investigam seus crimes. Na lista de marcados para morrer do grupo de extermínio formado por agentes do Estado estão parentes das suas vítimas, testemunhas, delegados, promotores de Justiça, juízes, jornalistas e até religiosos.

Boa parte das ameaças constam dos inquéritos da Polícia Federal oriundos da Operação Sexto Mandamento, desencadeada em 15 de fevereiro último com a prisão de 19 praças e oficiais da Polícia Militar de Goiás. Conforme mostrou o *Correio* na primeira reportagem da série “Crimes de farda”, publicada ontem, o grupo preso responde por mais de 300 assassinatos e 36 desaparecimentos ocorridos nos últimos 10 anos.

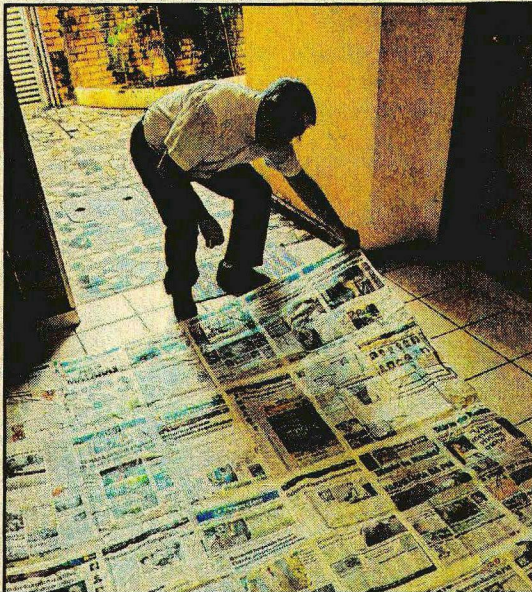
O padre Geraldo Marcos Labarrère Nascimento, 70 anos, conhece bem as histórias atribuídas ao esquadra da morte goiano. E convive com ameaças desde o início dos anos 1980, quando começou a trabalhar com jovens em situação de risco e a assistir famílias vítimas de violência em comunidades pobres de Manaus (AM).

O religioso deixou a capital amazonense e partiu para Goiânia em 2002 justamente por denunciar policiais militares que agrediam e perseguiam moradores da periferia de Manaus. Em uma madrugada, quando voltava para casa, ele foi cercado por um oficial e 16 subordinados. “Colocaram uma metralhadora ao meu lado, perto do meu ouvido, e dispararam. Depois, avisaram: ‘O próximo (tiro) vai ser no peito’”, conta.

Mas as ameaças nunca intimidaram o padre Geraldo. Assim que desembarcou em Goiânia, continuou o trabalho de ajuda e proteção às vítimas da violência policial. Em 28 de abril de 2006, fundou o Comitê goiano pelo fim da violência policial. Desde então, vive recebendo ameaças. “Elas (as ameaças) vêm e voltam. Às vezes, veladas; às vezes, nítidas”, comenta ele, um jesuíta.

Os mais recentes recados vieram após a Operação Sexto Mandamento. “Procuraram o arcebispo e disseram que eu e um assessor do deputado estadual Mauro Rubem (PT) iríamos receber o troco. Não seria uma execução, mas um assalto com morte ou um acidente”, conta o padre Geraldo. Em outro

Ronaldo de Oliveira/CB/D.A./Press /D.A Press



Jovens de baixa renda

Fundada em 1984 por jesuítas, a Casa da Juventude Padre Burnier (Caju) é um instituto de formação, assessoria e pesquisa sobre juventude. Ela trabalha com várias entidades parceiras, oferecendo cursos, palestras, oficinas e outras atividades a jovens e seus familiares de baixa renda. A instituição também virou referência para as vítimas de violência policial em Goiás.

episódio, a Casa da Juventude (Caju), dirigida por ele, amanheceu cercada por um comboio da PM.

As viaturas da Polícia Militar passaram várias vezes em frente à Caju. Em uma delas, PMs desceram à entidade para procurar informações sobre o local. “Todos, principalmente a PM, sabem o que fazemos aqui, sabe que assistimos

pessoas em situação de risco, jovens e adultos vítimas de maus-tratos, principalmente de policiais”, ressalta o religioso.

Mauro Rubem preside a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Goiás. Ao lado de gente como o padre Geraldo, sempre deu voz às vítimas da violência policial em Goiás. O assessor de Rubem sob ameaça é Fábio Fazzion. “Após a Operação Sexto Mandamento, chegaram notícias, recados sobre a questão da nossa segurança (dele e do padre), falando de cobrança de fatura”, declarou. Entre outras atividades, Fazzion colhe relatos de parentes de pessoas mortas por policiais e de moradores de rua e da periferia agredidos por policiais militares.

Comissão

Fábio Fazzion e o padre Geraldo integram a Comissão de Defesa da Cidadania, criada pelo governo de Goiás após a Operação Sexto Mandamento a fim de investigar os casos de desaparecidos em abordagens policiais. Ambos creem que as ameaças têm o intuito de os intimidar e aos demais integrantes da comissão. Desde a criação, em 1º de março, ela vem ouvindo familiares dos desaparecidos e levantando documentos referentes aos crimes, como inquéritos e laudos do Instituto Médico Legal. A intenção é reabrir as apurações arquivadas, verificar falhas e propor medidas para resolver os casos.

Além de Fazzion e do padre, participam da comissão integrantes da maçonaria, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e autoridades estaduais de segurança pública. O grupo é presidido pela delegada Adriana Accorsi, superintendente de Direitos Humanos da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, que sabe das ameaças aos seus integrantes. “Estamos tomando várias medidas sobre isso. Encaminhamos denúncias à direção da Polícia Civil, à Polícia Federal e ao Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, que já esteve em Goiânia, ouviu essas vítimas e acompanhará todos esses fatos”, garantiu.

A comissão estuda levar o Estado de Goiás a reconhecer a culpa pelos desaparecimentos, tal como o governo federal fez em relação aos desaparecidos da ditadura militar. Essa e outras propostas devem constar em um relatório a ser concluído em um mês.

MEMÓRIA

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) da Presidência da República investiga e acompanha investigações sobre as execuções e os desaparecimentos de pessoas em Goiás com base em uma lei que permite a intervenção federal em casos de repercussão interestadual ou internacional. Há quatro resoluções do CDDPH em andamento relativas a ações do grupo de extermínio no estado vizinho ao Distrito Federal. Em todas, o órgão cobra explicações do governo de Goiás sobre as denúncias de crimes bárbaros cometidos por policiais.

O primeiro procedimento, datado de 25 de junho de 2003, foi instaurado para apurar denúncias de violações de direitos humanos perpetradas por policiais civis e militares na região do Entorno. Em 31 de janeiro de 2006, o CDDPH mandou apurar o acompanhamento de investigações dos casos de desaparecimentos e mortes de pessoas envolvendo integrantes da PM goiana. O conselho editou ainda duas moções em 2007 para tornar pública a preocupação ao governo estadual quanto à falta de elucidação de sumiços e execuções atribuídos à PM e, entre outros, pedir rigor nas apurações.

A outra moção pedia ao Ministério da Justiça que repasses de recursos federais à Secretaria de Segurança Pública de Goiás fossem condicionados à instalação de sistema de posicionamento global nos carros da PM, à apuração dos crimes praticados por policiais militares, à reestruturação do Instituto de Criminalística, à criação da cadeira de Direitos Humanos nos cursos de formação e aperfeiçoamento da Polícia Militar e à manifestação oficial da Secretaria de Segurança Pública no combate à doutrina de “bandido bom é bandido morto”, por meio de portarias, resoluções e seminários.

O mais recente procedimento, instaurado em outubro de 2007, também determinava o acompanhamento dos casos de desaparecimentos e mortes de pessoas por policiais militares. Mas nenhum dos pedidos da CDDPH resultou em um relatório final por parte do governo goiano.